



Moções aprovadas no 7º EME da UNE

Moção Louise Ribeiro, Presente!

Na semana do 8 de março, Dia internacional de Luta das Mulheres, a Universidade de Brasília chorou a morte de Louise Ribeiro, 20 anos, estudante de Biologia, assassinada brutalmente por seu ex-companheiro, Vinicius Neres, 19 anos, também estudante da Instituição de Ensino. Louise foi dopada com clorofórmio em um laboratório, teve partes do corpo queimadas e o cadáver despejado em uma mata próxima à Universidade.

A tragédia que vitimou Louise Ribeiro, no entanto, não é um caso isolado e nos chama a pensar uma Universidade que assegure e produza conhecimentos comprometidos com uma vida sem violência contra as mulheres.

Os dados de violências de gênero em ambiente universitário são alarmantes. Em 2015, o Instituto Avon e o Data Popular realizaram uma pesquisa com 1.823 universitárias de cursos de graduação e pós-graduação. 2,9 milhões de mulheres afirmam ter sofrido algum tipo de violência física nas universidades. 42% das estudantes já sentiram medo de sofrer violências, 36% deixaram de desempenhar atividades em função desse medo. Os agressores são colegas, professores e amigos; as violências vão de desqualificação intelectual a assédio moral, sexual e estupro. Em relação a assédio sexual, 73% disseram conhecer casos; 56% declararam-se vítimas e 26% confessaram ter cometido algum tipo de assédio.

Precisamos enfrentar diferentes matizes de violências de gênero que as mulheres estudantes sofrem em suas universidades. Não podemos ceder a clamores pela militarização dos nossos campi, cientes de que não é através de um sistema de segurança essencialmente patrimonialista e racista, que também mata, estupra e arrasta mulheres negras, mas sim por meio do enfrentamento à misoginia em salas de aula, nos corredores e nas festas universitárias que construiremos um ambiente seguro para as mulheres. Não podemos ignorar que, no Distrito Federal, conforme pesquisa sobre feminicídio realizada pela ANIS - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, entre 2006 e 2011, as mulheres negras têm três vezes mais chances de sofrerem violência letal em comparação com as mulheres brancas.

As mulheres estudantes e trabalhadoras querem segurança. O que significa iluminação, transporte noturno, acolhimento institucional para denúncias de assédio na Universidade e compromisso cotidiano com o enfrentamento à cultura do estupro perpetuada por trotes que, sob o pretexto de acolher novas estudantes, objetificam e violam seus corpos.

Sabendo ainda que a universidade não está apartada da sociedade, é mais que necessário debater violência doméstica: o Brasil, segundo o Mapa da Violência, é o 7º país que mais mata as suas

mulheres, tendo em 43,4% dos assassinatos cometidos contra elas a participação de ex-companheiros que não compreenderam que “não é não” e que elas decidem sobre seus corpos e afetos.

Luto por Louise, luta pela vida das mulheres!

Moção contra a Lei antiterrorismo

Nos últimos anos as mulheres são cada vez mais linha de frente nas lutas pelo país. Nas greves no Brasil inteiro as mulheres têm dirigido as lutas em defesa da educação, junto também de jovens secundaristas que se mobilizam em ocupações de escolas, nas ruas em apoio à greve das professoras e, principalmente pelas pautas das mulheres, como foi a Primavera Feminista.

Diante desse ascenso das lutas populares e das mulheres, Dilma sancionou a Lei Antiterrorismo aprovada pelo Congresso Nacional. A Lei Antiterrorismo permite endurecer a repressão aos movimentos que ocorrem no país como a perseguição de lutadores na cidade e no campo, de lideranças das greves, do uso da Força Nacional de Segurança para reprimir protestos e tantos outros exemplos. O que muito nos remete aos anos de chumbo da ditadura militar onde o povo não podia exercer seu direito democrático de se manifestar.

Repudiamos mais essa medida de criminalização dos movimentos sociais que quer calar ainda mais a voz indignada das mulheres no Brasil.

Carta à Presidenta Dilma Rousseff

Em defesa da Legalização do Aborto

Niterói, 26 de março de 2016.
Excelentíssima Senhora Presidenta da República,
Dilma Rousseff,

Nós, mulheres, reunidas no 7º Encontro de Mulheres Estudantes da União Nacional das Estudantes, de 25 a 27 de março de 2016, viemos por meio desta carta solicitar à Vossa Excelência que endosse a legalização do aborto no seio de uma plataforma política pela garantia de nossos direitos sexuais e reprodutivos.

Primeiramente, é preciso situar o aborto enquanto um problema complexo de saúde pública, que demanda legalização. O sofrimento das mulheres e das famílias que vivenciam o abandono e a ausência do Estado quando precisam ou desejam abortar deve ser dimensionado por todos os atores públicos, se é que ocupam esta posição para defender os interesses públicos.

Na vida real, as mulheres brasileiras que engravidam contra a vontade, planos ou desejos, prosseguem interrompendo gestações de forma clandestina e insegura, morrendo ou adquirindo sequelas que na maioria das vezes impedem os futuros planos reprodutivos. O PL 5069, de Eduardo Cunha e o surto de Microcefalia, reacende o debate da necessidade da legalização do aborto no Brasil.

Todas as mulheres, de todas as idades, classes sociais, etnias e religiões abortam, mas a ocorrência de problemas de saúde relacionados ao aborto clandestino, é bem maior para as mulheres pobres e negras que nestas ocasiões, são as que de fato se submetem a atendimentos e condições mais precárias e arriscadas. As ricas fazem e as pobres morrem!

O Brasil estancou o debate sobre o tema no Parlamento e no governo, barrando direitos essenciais para a democracia, ao contrário de outros países. No lugar de se comprometer com a

cidadania e a saúde das mulheres brasileiras, grupos religiosos impõem ao país, sob a aquiescência pacífica do governo, aberrações como o Estatuto do Nascituro, bolsa-estupro e outras propostas de igual teor de violência contra as mulheres.

É urgente o posicionamento da Presidenta sobre a legalização do aborto no Brasil, para consolidar o Estado laico, aperfeiçoar a democracia, a cidadania e promover os direitos sexuais e reprodutivos e a saúde das mulheres.

Vai ter mulheres nas exatas, SIM!

Falar de ciências exatas sem falar de mulheres é invisibilizar as tantas mulheres como Maria Gaetana Agnesi, matemática, responsável pelo primeiro livro da álgebra, Ada Lovelace, a primeira programadora do mundo e Marie Curie, mãe da física moderna, que tem sua importância para o desenvolvimento e aplicação das ciências exatas.

É verdade que as ciências exatas por muitos anos foram taxadas como profissões de homem, sendo assim um ambiente hostil para as mulheres que visavam entrar na universidade em algumas dessas cadeiras, no entanto a universidade vem mudando nos últimos anos e nos cursos de exatas o machismo ainda é extremamente presente.

Essas alunas são violentadas e oprimidas em festas de cursos, em trotes e até mesmo em bares. Nossas estagiárias muitas vezes tem dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, quando o conseguem são obrigadas a ouvir que aquele lugar não é para elas.

São cursos que, apesar das mudanças sociais da universidade, permanecem extremamente elitistas, o que faz com que os debates político, social e feminista sejam ainda mais difíceis e os casos de machismo, racismo e lgbtfobia sejam presentes e naturalizados.

Diante da necessidade de se organizar, as mulheres das ciências exatas vêm ao 7º EME da UNE para se empoderar, debater e nutrir-se politicamente para desconstruir o machismo de nossas companheiras e companheiros.

Moção de apoio aos educadores do dia 29 de abril

As mulheres reunidas no 7º EME da União Nacional das e dos Estudantes declaram total apoio e solidariedade nesta data que se aproxima, o dia do massacre dos educadores e educandos paranaenses. Como sempre, nos propomos a continuar nas linhas de frente contra qualquer tipo de cerceamento de direitos, duramente conquistados por todas e todos no processo de redemocratização do Brasil. Desta forma, gostaríamos de salientar que o arquivamento do processo não nos fará esquecer.

Relembrar esta data, que ficou marcada pelo sangue de educadores em plena Assembleia Legislativa do Paraná, é não deixar que se perca na memória, e assegurar que não aconteça novamente. Nos somamos na luta diária e em movimento nesta data que se aproxima.

Dentro de um cenário de extrema instabilidade política e econômica a luta secundarista contra o sucateamento da educação representa uma nova cara da luta por direitos e cidadania na juventude.

Moção em Solidariedade à luta dos Estudantes Secundaristas

Em 2015 no estado de São Paulo, a ocupação das escolas ameaçadas de fechamento potencializou uma imensa visibilização da luta no ensino médio. Ocupações lideradas por meninas, prezando pelo cuidado do espaço físico da escola e pelo peso simbólico que a escola representa, desafiam as forças políticas que insistem em precarizar o ensino.

No Rio de Janeiro, o corte no repasse de verbas feito pelo governo Pezão foi a fagulha para que a resistência dos alunos iniciasse a auto-organização. Em apoio à luta dos professores que reivindicam reajuste salarial e contra o corte de merendas, os atos unificados da rede estadual no estado do RJ despertaram mais uma vez a necessidade de ocupar as escolas para que esse seja um espaço efetivamente nosso. A escola Mendes de Moraes foi a primeira ocupação de secundaristas no estado e mais uma vez com lideranças femininas.

Todo apoio à resistência secundarista, que impulsiona uma nova geração de jovens a lutar por seus direitos em todo o país!

Moção Fora Cunha

A luta das mulheres muda o mundo e em 2015 ocupou as ruas do país fazendo desabrochar a Primavera Feminista em diversas cidades do país contra a PL 5069 e pelo #ForaCunha, autor do projeto. A palavra de ordem foi: “Pílula fica, Cunha sai!”. Com as mulheres a luta contra Eduardo Cunha ganhou força.

Cunha é uma das maiores expressões do conservadorismo no país. Atua para impor uma agenda de retrocessos para o conjunto da população brasileira, que durante o ano respondeu a cada retirada de direito. Como na PL 4330 das terceirizações que culminou em atos unificados das centrais sindicais. Com a PEC 171 da redução da maioridade penal, onde a juventude teve papel fundamental ocupando as ruas e praças do país com saraus, festivais e uma grande passeata em Brasília no dia da aprovação do primeiro turno da Câmara, na qual conquistamos uma importante vitória de derrubar a PEC, e depois Cunha orquestrou um golpe infringindo as normas da Câmara e da Constituição Federal. Foi pelas mãos das mulheres brasileiras, nas ruas, que as denúncias contra Cunha ganharam visibilidade e força, impulsionando a indignação da sociedade contra a corrupção que tanto corrói o sistema político em nosso país.

A força das mulheres precisa continuar impulsionando os rumos da política brasileira e estaremos nas ruas travando as lutas necessárias para garantir a ampliação e conquista dos nossos direitos! Viva a luta das mulheres!

Moção Contra a Violência Contra as Mulheres

A atuação política da mulher nos diversos espaços da sociedade é um símbolo cotidiano de luta, resistência e exercício de sua autonomia frente às violências sofridas dia após dia. Como marca cruel e símbolo da supremacia masculina nas relações de poder na sociedade. Como consequência, as vítimas seguem cerceadas, excluídas, culpabilizadas e invisibilizadas.

Nesse sentido o machismo é reproduzido nos espaços do movimento estudantil, seja em grandes eventos ou no dia-a-dia das escolas e universidades.

São inúmeros os casos e denúncias de violência física e psicológica nos espaços onde discutimos a melhoria da educação, em eleições, debates e até mesmo em passeatas. A União Nacional dos Estudantes repudia todas as ações desse tipo nos espaços do movimento estudantil. A luta por uma educação de qualidade e por um país melhor passa diretamente pela libertação das mulheres. Os nossos espaços mistos também devem ser confortáveis para todas as mulheres independente dos seus posicionamentos políticos.

A luta do movimento feminista consequente é árdua e espinhosa. Vítimas questionadas, denúncias secundarizadas, mulheres à mercê desse poder masculino que oprime e impede a participação política das mulheres vítimas de violência.

Não podemos admitir que a palavra da mulher seja silenciada e sua veracidade questionada.

Inclusive porque, a justiça a qual estamos submetidas, é machista, patriarcal e relativiza em todas as esferas a violência contra nós realizada.

Considerando a gravidade das denúncias existentes na sociedade e no movimentos sociais e a consequente fragilidade psicológica e emocional que inúmeras mulheres sofrem, exige do conjunto desta entidade a vigilância permanente ao machismo que cerca, intimida, oprime e restringe a vivência plena de um desenvolvimento integral da mulher e seu poder de intervenção profunda nos rumos da sociedade.

Companheiras, seguimos combatendo em nossa luta feminista e fortalecendo a autonomia e politização por entender que isso é optar efetivamente pelas mulheres, suas lutas e fortalecer sua participação política e construção da entidade representativa das /dos estudantes brasileiros.

União Nacional dos Estudantes e das Estudantes

Niterói, 27 de março de 2016.